
JUVENTUDE E PRECONCEITO: TOLERÂNCIA OU RESPEITO À DIFERENÇA?

YOUTH AND PRECONCEPTION: TOLERANCE OR RESPECT TO THE DIFFERENCE?

Frederico Osanam Amorim Lima

Minicurrículo

Historiador. Especialista e Mestre em História do Brasil (UFPI). Doutor em História Social (UFU). Pós-Doutor em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto/Portugal (FLUP). Professor do curso de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professor dos cursos de História do PARFOR desde 2012.
E-mail: frederico.osanan@hotmail.com

RESUMO

Este texto propõe algumas reflexões sobre alguns dos temas mais ambíguos no campo da educação na contemporaneidade. Em torno de quatro variáveis principais – juventude, preconceito, tolerância e respeito – procuro estabelecer pontos de convergência e distanciamento capazes de problematizar o papel da educação e dos educadores na construção de uma prática educativa mais voltada para a valorização da diferença. Para isso, proponho o desenvolvimento de práticas educativas que invistam na valorização do respeito e no desinvestimento da tolerância, por entendê-la como uma atitude reveladora de novos preconceitos.

Palavras-chave: Juventude. Preconceito. Tolerância. Respeito.

ABSTRACT

This text proposes some reflections on some of the most ambiguous themes in the field of contemporary education. Around four main variables – youth, prejudice, tolerance and respect – I try to establish points of convergence and distance, capable of problematizing the role of education

JUVENTUDE E PRECONCEITO: TOLERÂNCIA OU RESPEITO À DIFERENÇA?

and educators in the construction of an educational practice more focused on valuing difference. For this, I propose the development of educational practices that invest in the valorization of respect and in the disinvestment of tolerance, by understanding it as a revealing attitude of new prejudices.

Keywords: Youth. Prejudice. Tolerance. Respect.

JUVENTUDE E PRECONCEITO: VALORES QUESTIONÁVEIS SOB MARCAS IDENTITÁRIAS

Em outubro de 2016, o sistema UniNassau da cidade de Parnaíba pediu que eu proferisse uma palestra com o título “Juventude e preconceito: tolerância e o respeito a diferença”. O público principal era constituído por alunos dos últimos blocos dos cursos de Graduação inscritos para o Exame Nacional de Desempenho de Estudante – ENADE. Transformei aquela afirmação do título numa pergunta e a fala da palestra num texto. Reforcei com algumas questões levantadas durante a apresentação e o ensaio/artigo que se segue é o resultado disso.

Sob as implicações habituais de temas que sugestionam uma variedade de conceitos e definições polissêmicos, penso que é possível começar atribuindo alguns valores e posicionamentos sobre as palavras que nomeiam o título deste texto. Como historiador, e como alguém que, no campo da História, tem um interesse particular pela linguagem – no que ela significa e como é significada no tempo –, lembro, em primeiro lugar, que palavras como “juventude”, “preconceito”, “tolerância”, “respeito” e “diferença” ganharam definições e representaram práticas diferentes ao longo do tempo.

Um dos objetivos deste texto é problematizar, no âmbito da linguagem e de sua utilização no campo educacional, algumas das noções e conceitos, portanto, mais discutidos/debatidos na contemporaneidade. Não se trata, no caso específico deste texto, de apontar propriamente novos caminhos com vistas à valorização de aspectos mais plurais da educação. Mas, sobretudo, fazer uma reflexão sobre como expressões tão comuns no universo educacional são portadoras de significados e reveladoras de práticas que conduzem nossas ações na contramão da valorização das diferenças.

É quase um lugar comum, na historiografia, apontar a ideia de “juventude” como uma noção construída histórica e culturalmente. Da forma que tem sido trabalhada pela mídia e incorporada no discurso corrente, entretanto, quando se fala em “juventude”, se fala de um conjunto de pessoas que, num intervalo não tão preciso de idade, mas entre 16 e 29 anos, aproximadamente, compartilham de sentimentos, necessidades, angústias, medos, comportamentos e valores que se assemelham (ISTOÉ, 2016).

Tal concepção foi forjada no Ocidente nas décadas de 1960 e 1970, num momento de intensas mobilizações políticas e sociais, e que tem nas transformações no corpo seu dado mais significativo de mudança. Os anos 1960 e 1970 correspondem, via de regra, a um período cujas ciências sociais e humanas repensam a condição sensitiva do corpo e lançam um olhar diferente para a relação que ele mantém com o meio (CASTELO BRANCO, 2005).

Isso, em grande medida, ocorre pela própria contestação a valores tidos como tradicionais, que enrijeciam o corpo, tornando-o mero instrumento da razão, do pensamento. O que se contestava e que resultou em mudanças derivou, na sua maioria, de práticas e questionamentos movidos por grupos de universitários, artistas e intelectuais na casa dos vinte anos de idade.

A liberdade corporal e sexual dos anos de 1970, trazida pela liberação dos costumes, pelos pressupostos contidos na obra de Wilhelm Reich, pela chegada ao mercado da pílula

anticoncepcional e pelo fim da virgindade compulsória, marcou toda uma geração. Ter um corpo livre, naqueles anos, era fato político (AZEVEDO, 2005, p. 549).

Esta é uma das imagens mais consumidas da “juventude” dos anos 1960/1970. É, também, uma das feições que mais reverbera na cultura ocidental, chegando a funcionar como uma suposta identidade juvenil. Com frequência, a expressão “juventude”, de lá para cá, vem reforçada com imagens de virilidade, força, rebeldia, liberdade e reação às imposições.

Noutro campo de saber, o econômico e o publicitário, a tentativa de particularizar épocas da vida humana, singularizando gostos e comportamentos em função de faixas etárias, fez com que se delineasse uma espécie de “projeto de estilo de vida jovem”, capitaneado por mercadorias que significariam sua condição intervalar, situada entre o universo infantil e o adulto, no mundo. *Ser jovem*, a partir de então, passou a significar, entre outras coisas, consumir determinados signos e símbolos identitários, revelados em roupas, gírias, equipamentos eletrônicos, filmes, bebidas e comportamentos (ALMEIDA; EUGÊNIO, 2006).

Sem perder a dimensão histórica que a noção de juventude trás no seu bojo, penso que no discurso corrente, ao se relacionar “juventude” e “preconceito”, é possível que se queira dizer, com isso, que há leituras de mundo inapropriadas porque são feitas por pessoas com relativamente baixa experiência de vida. Toda a carga simbólica relativa à contestação oriunda dos anos 1960/1970, respaldaria esse olhar de descrédito para as ações juvenis. Nesse sentido, as “fases da vida”, inclusive a juventude, seriam vistas como dados quase naturais. Isso justificaria, por exemplo, uma fala recorrente que coloca a contestação como uma manifestação “natural” na juventude.

Lembro, como força argumentativa, que é bastante comum, inclusive em trabalhos acadêmicos e políticas sociais, a manifestação de uma preocupação com o comportamento juvenil em virtude de um claro olhar sobre sua inexperiência. É recorrente a relação/preocupação Juventude/Gravidez, Juventude/Prazer/Doenças contagiosas, Juventude/Sexualidade ou, mesmo, Juventude/Sentimentos de vazio (ALMEIDA; EUGÊNIO, 2006).

São todas expressões que denunciam certa apreensão no comportamento juvenil exatamente porque se espera dele algo diferente da norma. Sobre a relação Juventude/Preconceito algo caminha no mesmo sentido. Neste caso, chamo atenção para duas questões, em especial:

1) “Juventude” é, no geral, um conceito forjado por um *outro*. Por alguém ou um grupo de fora. Seja no campo midiático ou econômico, quando se fala em “jovem”, o que se denuncia, frequentemente, é um olhar enviesado, caolho, estereotipado. A “juventude”, nesse olhar distorcido, funciona como uma categoria sócio etária construída em torno, especialmente, do “consumo de alguns bens que demarcam identidades juvenis” (NOVAES, 2006, p. 114). Às ciências sociais e humanas caberiam, portanto, apontar, para os “jovens”, as relações de poder que impedem sua liberdade de pensar e, inclusive, consumir.

2) “Pré-conceito” é, no geral, uma atitude reativa e intransigente, particularmente associada ao desconhecimento do objeto sobre o qual se fala ou critica. “Pré-conceito”, conseqüentemente, diz respeito a um conceito *pré* concebido sobre algo; a uma visão pueril, infantil, desprovida, muitas das vezes, de um senso crítico ou mesmo reflexivo. Ao relacionar, portanto, “juventude” com “preconceito”, o que essa relação supõe é que a falta de experiência do universo juvenil está intimamente relacionada a ações preconceituosas, justamente porque elas são resultado de uma análise débil e/ou pouco apurada sobre o que se fala.

O que essa relação esconde, na verdade, é um processo de naturalização não apenas do binômio Juventude/Preconceito, mas, principalmente, do próprio preconceito. Ela crê num preconceito que já existe desprovido de uma História, de uma formação e resultado de um conjunto

JUVENTUDE E PRECONCEITO: TOLERÂNCIA OU RESPEITO À DIFERENÇA?

de interesses e poderes. Exatamente por isso a História, enquanto disciplina e conhecimento, tem um papel significativo na propositura de um debate em torno da desnaturalização dos preconceitos e de sua associação corriqueira ao universo juvenil.

Afinal de contas, é nesse sentido que estudamos história: “para que percamos a inocência em relação às coisas que nos cercam; para passarmos a perceber que todo e qualquer aspecto de nossa sociedade e de nossa cultura tem um passado que o produziu, que se explica por um processo que o antecedeu” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 19).

Independente de como se desfaça o equívoco de que juventude e preconceito são condicionantes, acho que é fundamental colocar, pelo menos a título de questionamento, o preconceito como algo premente em qualquer faixa etária, grupo social, sexo, cor, posicionamento político e/ou religioso.

Vejo, ainda, como necessário reforçar que da ação preconceituosa nasce o fascista, o fanático, o politicamente correto, o racista, o homofóbico e o fundamentalista. Todos reverberam suas ações do preconceito porque todos operam numa linguagem sem *feedback*, numa via de mão única. O preconceituoso, tanto quando o fascista, o homofóbico e o fundamentalista, só reconhece *certeza* no que ele constrói sobre o mundo. O preconceito germina e alimenta, ainda, o fanatismo contemporâneo. Do fanatismo que carrega em sua essência o “desejo de forçar as outras pessoas a mudarem” (OZ, 2004, p. 29).

Enfim, antes de pensar a juventude como portadora do germe do preconceito, é fundamental reconhecer que esse germe habita em qualquer corpo e lugar, e que sua manifestação não está alheia a classe social, formação intelectual, lugar ou, mesmo, idade.

TOLERÂNCIA OU RESPEITO? A LINGUAGEM AJUDA, MAS TAMBÉM ATRAPALHA

Antes de juntar essas variáveis e pensar o tema no seu conjunto, queria, ainda, pontuar alguns problemas que reconheço entre os outros dois conceitos que nomeiam o título: “tolerância” e “respeito”. Duas expressões que, aparentemente, revelam compromissos com uma sociabilidade harmônica, mas que trazem no bojo algumas questões que merecem certa reflexão.

“Tolerância” parece ser, atualmente, o discurso da moda em torno da boa convivência e harmonia entre os diferentes. A sua “defesa” está presente como enunciado recorrente tanto na mídia quanto nos exames de estudantes, como foi o caso da prova de redação do Exame Nacional de Ensino Médio, ENEM, de 2016, cujo tema que se colocou para os candidatos dissertarem foi “caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil” (BRASIL, 2016).

O culto da tolerância prevê, ao que parece, o equilíbrio dos indivíduos, a racionalização dos atos e uma prática de meditação constante que assegure a manutenção de um estado espiritual não intempestivo. Usa-se, com frequência, as mais variadas manifestações de intolerância para propor sua troca por comportamentos tolerantes. Do futebol à religião, da política à sexualidade, proliferam gestos de intolerância, seguidos por discursos em defesa da tolerância.

Há um problema na “defesa” da tolerância e não parece ser meramente semântico. Entre “tolerar” e “respeitar” há uma distância conceitual, de práticas e de valores que podem conduzir a uma aceitação ou não das “diferenças”. Uma das formas de explicar a diferença entre “tolerar” e “respeitar”, cerne do problema da convivência, está no conhecimento ou não sobre o processo que desencadeou a aceitação ou deferência ao comportamento do *outro*. Quando tolero, eu desconheço o processo de produção dos sentidos sobre certas atitudes. No máximo, aceito e reconheço a *diferença* como um dado de “boa fé”.

Avalio que as pessoas “são” e naturalmente se comportam como diferentes. Julgo que suas manifestações sexuais, políticas, religiosas e ideológicas, por exemplo, são dadas por uma

condição de nascença, singular e/ou amarradas a um conjunto de representações e imagens pré-concebidas. A tolerância, portanto, habita o campo da aceitação da diversidade com os limites das convenções identitárias. Ela coexiste com a manutenção de uma identidade de gênero, de comportamento político e de posicionamento religioso que permanece dentro de uma barreira de signos, imagens, discursos e comportamentos identitários que não estimulam o múltiplo.

Na tolerância, o corpo naturalmente se funda e ganha legitimidade com o sexo definido: sexo e sexualidade se confundem. Homem, mulher, macho e fêmea são dados de nascença. Qualquer desvio é algo lascivo e sua aceitação reside numa mera necessidade de convívio. O tolerante reagrupa as imagens estereotipadas sobre algo para dar segurança à sua verdade. A tolerância condiciona as manifestações políticas, basicamente, a dois lados: esquerda *versus* direita, oposição contra situação, conservadores de um lado e revolucionários do outro. Uma constante luta entre o bem e o mal, onde o bem, na fala do tolerante, subjaz no seu comportamento e valores, embora ele precise reconhecer a existência de um contraponto.

A manutenção na aceitação de convívio com o tolerante reside numa linha tênue que se rompe com a manifestação de comportamentos que fogem a uma identidade padrão. Sobre a tolerância, ainda, recaio o peso da existência de uma verdade para alguém. “O simples fato de tolerar pressupõe uma certeza de possuir uma verdade...”, uma verdade que “se apóia numa referência [...], numa certeza que procura tão-somente se impor” (LINS, 2005, p. 19-20).

Uma verdade, portanto, que pertence a uma esfera particular de existência e compreensão do mundo. Nesse caso, “a supremacia do sistema de referência não é posto em causa. A tolerância é intolerante, pois que ela não tolera, primordialmente aquilo que está no falso, mas apenas o que está no erro” (LINS, 2005, p. 26).

Emergido, com o sentido próximo ao usado na atualidade, apenas na Idade Moderna, a palavra *tolerantia*, no vocábulo romano, significava algo como “suportar um incômodo”. Na sua acepção moderna, combinada com as teorias da democracia, acabou resultando naquele que é considerado um dos principais ganhos da democracia liberal, a Declaração dos Direitos Humanos (LINS, 2005).

Tolerância: Ato ou efeito de tolerar; indulgência, condescendência; tendência a admitir nos outros modos de agir e sentir diferentemente o mesmo, diametralmente opostos às nossas; o adjetivo tolerante (1789) é assim definido por Houaiss: que tolera, que desculpa certas falhas ou erros (LINS, 2005, p. 25).

Se “tolerância” é a expressão que macula a aceitação por não reconhecer o diferente como resultado de um aprendizado, o “respeito”, ao contrário, parte do pressuposto de que na formação humana existe uma variedade de comportamentos que inviabiliza o seu enquadramento dentro de categorias singularizadas. O respeito é diacrônico. A tolerância é sincrônica. O respeito opera e reconhece as transformações no tempo. A tolerância faz cortes e estimula um olhar desprovido de História.

Quando respeito, reconheço as diferenças como produções humanas resultantes de relações de poder, da inserção em meios sociais, políticos e econômicos diferentes e da cultura em que se está inserido. Quando tolero, aceito a diferença pelo que está posto, por um dado objetivo que torna o negro, o homossexual ou comunista *outro* em relação a uma dada normalidade. A tolerância é o campo da aceitação provisória, produzida para reduzir as discrepâncias entre hierarquias camufladas: branco/negro, macho/fêmea, heterossexual/homossexual. O respeito concebe a diferença como um elemento histórico e culturalmente produzido: o diferente não “é”, ele “se tornou”. O tolerante pode sentir respeito, mas “sentir respeito pode não levar a demonstrar respeito” (SENNET, 2004, p. 38).

JUVENTUDE E PRECONCEITO: TOLERÂNCIA OU RESPEITO À DIFERENÇA?

A linguagem do respeito é a do reconhecimento das práticas humanas como exercícios de aprendizagem; como atividade resultante de escolhas, opções, desejos, motivações emocionais, afetivas. Não há essência ou naturalização no comportamento humano quando se pensa no respeito. Há reconhecimento deste comportamento como resultado de trocas de experiências, de experimentações diversas, de preferências e gostos variados em função da própria vivência individual.

O que proclamo e defendo apontando essas diferenças, portanto, é antes uma educação voltada para o “respeito”, uma educação que reconheça a *diferença* como um dado processual, como algo que se multiplica, que não se prende a categorias. O “respeito” dialoga com o processo. O “respeito” opera no diálogo. A “tolerância”, ao contrário, reconhece o *outro* como adversário, mas aceita a diferença para evitar o confronto direto. O “respeito” é o anti-dogmatismo e a anti-catequese. Ele não faz “pensar *como* o outro”, ele sugere “pensar *com* o outro”.

À GUIA DE CONCLUSÃO: PARA QUE E A QUEM INTERESSA O DISCURSO DA DIFERENÇA?

Todas essas considerações acabam por levar a um último ponto de análise e posterior reunião das reflexões com o objetivo de construir uma conclusão. Esta última consideração, por sua vez, extrapola a dimensão semântica e histórica das anteriores e se desloca em direção a uma esfera de cunho mais antropológico, que se relaciona, sobretudo, com os dados culturais relativos aos aspectos formativos dos comportamentos.

Falar em diversidade/diferença é, antes de qualquer coisa, reconhecer a existência de matrizes interpretativas do comportamento humano que apontaram/apontam para caminhos diversos, alguns deles nocivos e, as vezes, até conflitantes. Estas matrizes foram capazes, em alguns momentos, de gerar políticas racistas incorporadas pelo próprio discurso dos Estados. O aparecimento deste discurso racista, inclusive, pode ser situado no final do século XIX, dentro daquilo que se pode “chamar de racismo de Estado: racismo biológico e centralizado” (FOUCAULT, 1999, p. 96).

Durante esse mesmo século XIX, num momento, como diz o filósofo francês Bruno Latour, de maior hibridização dos povos, as ciências segmentavam o comportamento humano e desenvolviam conceitos sobre o homem e sua vivência, marcando com palavras pejorativas diversas culturas, além de criarem hierarquias entre povos, comunidades e pessoas (LATOURE, 1994).

Foi nesse período, também, que expressões como “cultura erudita”, “cultura popular”, “raça”, “civilização”, “dom” e “aptidão” permitiram a divisão entre pessoas e grupos aptos a determinadas funções e, outros tantos, “incultos” e/ou “incivilizados”. A diversidade, nestes casos, era entendida como algo proveniente de uma natureza e essência do homem.

Algo biológico, produto do nascimento ou da própria origem geográfica. Algo que provinha de uma condição inata e que definia, por extensão, a própria ocupação da pessoa ao longo de toda sua vida. Vide, por exemplo, o determinismo biológico e o determinismo geográfico, duas correntes teóricas aceitas e perpetradas pelos Estados europeus no século XIX e que justificaram, durante um bom tempo, a exploração do continente asiático e africano (LARAIA, 2006).

Foi exatamente a antropologia que, ao longo do século XX, denunciou as armadilhas de se pensar articulados a esses esquemas determinista. Foi ela que denunciou as práticas e discursos etnocêntricos contidos nestas expressões e comportamentos. Os antropólogos, disse Roque de Barros Laraia, “estão totalmente convencidos de que as diferenças genéticas não são determinantes das diferenças culturais” (LARAIA, 2006, p. 17).

O que esse gesto acabou por fazer no âmbito das ciências humanas, foi o de abrir para a possibilidade de pensar a diversidade como um dado culturalmente constituído. Ao lançar

mão de tal ideia, o antropólogo não desconsiderou o dado biológico como significativo, mas passou a defender que ele não é o único na formação e variedade das condições de vivência e experimentação do homem. E que o

[...] comportamento dos indivíduos depende de um aprendizado, de um processo que chamamos de endoculturação. Um menino e uma menina agem diferentemente não em função de seus hormônios, mas em decorrência de uma educação diferenciada (LARAIA, 2006, 19-20).

Ora, o que chamamos de *diferença*, neste caso, não corresponde a um dado para ser tolerado ou aceito, mas respeitado porque é entendido como manifestação das diversas formas de *experenciar* o mundo; das diversas formas de apreendê-lo, significá-lo e sofrer os efeitos da sociedade, da política, da economia, da cultura, etc, “Diferença” e “experiência”, portanto, são substratos de uma configuração teórica para a variedade de comportamentos do homem que desloca o olhar do “nascimento” para a “aprendizagem”.

Que retira a aura da condição social e geográfica como definidora do sujeito. Desloca esse olhar para outro que entende a variedade das ações e pensamentos dos homens como resultados das experiências particulares que cada um vive isolada e coletivamente (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007).

O que isso quer dizer, em outras palavras, é que tolerar a diversidade é o mesmo que aceitar o diferente como um dado natural, como auto-referenciado, como algo que remete a si próprio. O diferente, tal qual a tolerância, simplesmente deve existir (SILVA, 2003). Há algo, nessa postura, como uma imposição! Como algo que, sendo moral ou legal, não retira da opinião do tolerante a segurança de uma verdade. No fundo, é como se o sujeito que tolera dissesse: “eu te aceito, embora eu saiba que você está errado”.

Não há, neste caso, respeito ao diferente exatamente porque a tolerância pressupõe uma interpretação falha sobre o *outro*. A tolerância não reconhece o *outro* como um legítimo *outro*. Ela aceita, convive, suporta, mas o *outro* continua sendo avaliado à luz dos valores de quem tolera. Na perspectiva da diversidade sob a óptica da tolerância, os comportamentos humanos que projetam diferenças e identidades “tendem a ser naturalizados, cristalizados, essencializados. São tomados como dados ou fatos da vida social diante dos quais se deve tomar posição” (SILVA, 2003, p. 73).

O *diferente*, num cenário onde se proclama a *diferença* como um processo, existe dentro e em movimento com o conceito de respeito. A diferença e a identidade, a variedade da vida humana, são, assim, elementos com os quais se permite viver como uma cadeia infinita de possibilidades comportamentais. E uma forma de respeitar o *outro* é conhecendo e reconhecendo como único, particular e individual o nosso processo formativo; e a melhor forma de nos conhecermos, como diz Durval Muniz,

é entrar em contato com o que foi ou é diferente de nós, com o nosso contrário, com o que deixamos de ser, com a falta que tem presença em nós, com o falso que sempre habita as nossas verdades, com os conflitos que nos preparam, com o nada que nos propicia tudo (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 93).

É preciso, por fim, celebrar o *diferente* como um corpo aberto de possibilidades, como um corpo marcado pelas experiências que ele viveu e que o consagra como único, ao mesmo tempo em que ele é vários. É necessário vê-lo como texto aberto, como um texto produzido com fragmentos de diversos outros, mas que existe num “modo particular de contarmos o que somos” e não, simplesmente, como uma marca e categoria operacionalizante (LARROSA, 2004, p. 22).

Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **História**: a arte de inventar o passado. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- _____. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar**: as fronteiras da discórdia. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- AZEVEDO, Sônia. O corpo no pós-modernismo: obra sempre inacabada. In: GUINSBURG, J.; BARBOSA, Ana Mae. **O Pós-modernismo**. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 533-558.
- CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. Deslumbramento e susto: maravilhas tecnológicas, capturas sociais e fuga identitária nos anos 1960. In: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Todos os dias de paupéria**: Torquato Neto e a invenção da tropicália. São Paulo: Annablume, 2005.
- BRASIL. **Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil**. Exame Nacional do Ensino Médio, ENEM, 2016 (tema de redação).
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ISTOÉ. Jovens, bem preparados e sem emprego. 21.01.2016. Disponível em: <http://istoe.com.br/416144_JOVENS+BEM+PREPARADOS+E+SEM+EMPREGO/> Acesso em: 27 ago. 2017.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 20ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- LARROSA, Jorge. **Pedagogia Profana**: danças, piruetas e mascaradas. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- LATOURETTE, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: ed. 34, 1994.
- LINS, Daniel. Tolerância ou imagem do pensamento?. In: PASSETI, Edson; OLIVEIRA, Salette (Org.). **A tolerância e o intempestivo**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2005.
- NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda (Org.). **Culturas jovens**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- OZ, Amós. **Contra o fanatismo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 2ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.